



1290000218



FE

TCC/UNICAMP L881v

MARIA TERESA FERNANDES LOPES

**VIOLÊNCIA ESCOLAR
O QUE É QUE SE ESTÁ DIZENDO COM ISSO?**

CAMPINAS, SP

1998

Maria Teresa Fernandes Lopes

“Violência escolar - O que é que se está dizendo com isso?”

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para o curso de pedagogia com
habilitação específica em administração
escolar da Faculdade de Educação,
Unicamp, sob orientação do
Prof. Zacarias Pereira Borges.

Campinas, SP

1998

Campinas, S.P. - 1998

Orientador: Prof. Zacarias Pereira Borges

2ª leitora: Prof(a) Dr(a) Áurea Maria Guimarães

Agradecimentos

*A Deus, por tudo que Ele tem feito por mim e pelo que Ele
representa em minha vida;*

A minha família, pelo carinho e incentivo;

Aos amigos especiais de minha turma;

E ao Prof. Zacarias Pereira Borges, meu orientador.

**“Como encontrarmos um equilíbrio
entre os interesses dos alunos
e as exigências da instituição?
É preciso deixar de acreditar que paz
signifique ausência de todo conflito”**

Áurea Maria Guimarães

Sumário

Introdução	07
Capítulo I – Identificando a violência.....	09
Capítulo II – A violência manifesta na escola	13
II.1 - Comunicação: professor-aluno.....	14
II.2 - Irrelevância dos conteúdos.....	15
II.3 - Permissividade.....	16
II.4 - Autoritarismo.....	17
Capítulo III – O bairro e a realidade da escola.....	22
III.1 - O bairro Edite Campos Fávero.....	22
III.2 - De EEPG do Morro Alto a EMEF “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos”.....	24
III.3 - O perfil da comunidade escolar.....	25
Capítulo IV – A violência na EMEF “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos”.....	27
Conclusão.....	41
Referências Bibliográficas.....	45

Introdução

O tema “Violência escolar - O que é que se está dizendo com isso?” surgiu em 1997 quando tivemos a primeira experiência como professora, trabalhando no início deste mesmo ano numa escola municipal da periferia de Paulínia, onde os alunos possuíam o rótulo de violentos e indisciplinados.

A violência escolar identificada, nesse caso, em crianças que tem a possibilidade de freqüentar a escola pública provoca em nós uma atitude reflexiva em busca de soluções possíveis.

Um pensamento nos surge: em meio a violência existente no sistema de ensino seria possível uma classe organizada para o trabalho escolar? Como agir, sem nos deixar levar pelo jogo das punições e ameaças?

Seria dispensável falar sobre a importância deste tema ser trabalhado pela escola, espaço de crescimento, desenvolvimento e formação de identidade, já que atualmente a violência na escola tem sido um dos maiores problemas enfrentados por grande parte dos educadores.

Nesse trabalho procuramos refletir sobre as origens da violência escolar e para sua melhor organização o dividimos em quatro capítulos.

No primeiro capítulo procuramos mostrar que a violência não é um privilégio das camadas mais populares, aparecendo em todo e qualquer lugar.

No segundo capítulo trabalhamos a violência escolar fundada na relação professor-aluno.

No terceiro capítulo explicitamos o contexto da pesquisa, situando histórica e geograficamente a escola e a comunidade envolvida, bem como o perfil de seus alunos.

No quarto capítulo trazemos exemplos de violência ocorridos no interior da escola estudada e possíveis explicações para isso.

E finalmente, a conclusão, onde procuramos responder a questão “Violência escolar – O que é que se está dizendo com isso?”, refletindo sobre algumas causas da violência que se manifestam na escola.

Capítulo I – Identificando a violência

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende ser uma reflexão sobre a violência a que todos nós submetemos e estamos sendo submetidos, especialmente no ambiente escolar.

Violência que de tão entranhada em nosso dia-a-dia deixou de ser pensada como um ato circunstancial e episódico para se transformar num modo de ver e viver no mundo.

Violência que Michel Maffesoli afirma ter sempre existido, porém com diferentes modalidades, dizendo que quando a sociedade se limita ao que é de ordem do policial, do fiscal, do militar, essa ênfase acaba constituindo-se num instrumento de dominação, ocasionando uma exacerbação da violência quotidiana. Toda vez que esses poderes instituídos neutralizam as diferenças, levando à submissão, à adaptação, há efeitos de ruptura que podem ocorrer frontalmente (as fúrias urbanas, arrombamentos), como através da violência banal, ou seja, resistências passivas que aparentemente integram ao instituído, mas que na realidade, se opõem a ele, submetendo o poder silenciosamente. (Cf. Maffesoli, apud Guimarães, 1996)

Essa violência, seja qual for a intensidade, está presente em todos os lugares: nos bairros sofisticados, nas favelas, nos bairros de classe média, nos campos de futebol, atingindo a todos, sem discriminação.

A violência aparece na sociedade culta e rica quando, por exemplo, vemos jovens envolvidos em drogas. O filho desde a infância apresenta-se

sem limites em casa, na escola, nos shoppings, nos clubes. Quando não quer ir à escola os responsáveis consentem com sua falta, quando querem algo fazem “birra” e conseguem o que querem, quando adolescentes querem o carro do pai para sair com seus amigos, seus pais deixam. Envolvem-se com drogas, fáceis de serem compradas, mediante a “gorda mesada” dos pais, que não os privam de nada, somente da luta pela vida. Têm recursos financeiros, porém não tem limites, são privados da correção dos pais. O filho fica entregue a si mesmo e nova violência ocorre quando os pais ao tomarem ciência dos problemas dos filhos, não os aceitam, os colocam para fora de casa, os internam em clínicas e os esquecem lá dentro. No caso de ser mulher e ficar grávida, sugerem o aborto e causam outro mal a vida de sua filha. Esses são alguns exemplos de violência que ocorrem em famílias mais abastadas.

Percebemos a consequência dessa violência quando visualizamos que na paisagem urbana dos bairros sofisticados a arquitetura se adapta às novas condições da vida familiar. Assegurado através dos portões e protegidos pela parafernália eletrônica, o mundo torna-se menor, restringe-se ao isolamento familiar.

No outro extremo, nos bairros pobres, a violência não pode ser escondida e evitada por cercas e muros. Ela é a realidade com a qual se convive, uma realidade cuja proximidade e intimidade auxiliam esquecê-la. Ela é enfrentada como uma das tantas calamidades do cotidiano.

Nas famílias de classe pobre a violência se manifesta quando, por exemplo, a família é privada de recursos básicos de existência: alimentação, vestuário, saúde. Essa privação leva, em alguns casos, ao envolvimento na criminalidade. A vontade de comprar o que os anunciantes os induzem na mídia, leva-os a qualquer “esforço” para adquirir o que querem ou necessitam.

Tornam-se “mulas” de traficantes para conseguir dinheiro para a família. Esse termo que é usado para identificar os que passam as drogas dos traficantes para os consumidores, não poderia ser melhor, pois mostra que não têm visão, não tem direção própria e são explorados pelos que de certa forma garantem sua sobrevivência, ainda que de forma ilícita.

Em outros casos, meninas e meninos que vendem o próprio corpo em troca de pouco, como diz o poeta “viver pra ganhar, pra chorar, pra sofrer, contrariando a vida pra aos poucos morrer” .*

Nesses lugares a única arma contra a violência é permitir que a promiscuidade e o hábito tecam uma rede de conformismo.

Não havendo solução para a violência do cotidiano, o remédio é integrá-la como um comportamento normal das relações humanas.

Ainda que a violência seja um fenômeno típico de nossa época, ela sempre existiu no viver da sociedade, porém de outras formas, dada a historicidade do homem.

Hoje, a violência não se exercita simplesmente como uma defesa para a sobrevivência, deixando de ser agressividade necessária frente a um universo hostil. Ela deixa de ser uma forma natural de sobrevivência para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens.

“O ato violento, se insinua, freqüentemente, como um ato natural, cuja a essência passa despercebida. Perceber um ato com violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como inscrito na ordem das coisas” . (Odália, 1985:22)

* João Alexandre Silveira - Músico evangélico

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. Mesmo o ato mais óbvio de todos, a agressão física, envolve tantas sutilezas, tantas mediações que podem vir a ser descaracterizadas como violência e que no entanto o são.

Quando se fala em violência a imagem que nos vem a mente imediatamente é a expressada pela agressão física que atinge diretamente o homem, tanto no que se possui: seu corpo, seus bens, quanto aquilo que mais ama: seus amigos, sua família.

No entanto, a violência não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições “normais” e “naturais” do viver humano.

Odália (1985) tem pensado a violência como forma de privação. Privação no sentido de tirar, destruir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Afirma que toda vez que alguém experimenta a privação, sem razões sólidas e fundamentadas, uma violência está sendo cometida, ainda que esteja camuflada sob a forma de preconceitos, costumes, tradições, leis etc. A sociedade quando oferece ao homem aquém do ela própria é capaz é uma sociedade violenta e injusta.

Há um perigo em aceitar essa idéia para justificar a violência como tendo relação direta entre pobreza e violência. Estudos desenvolvidos por Adorno (1991) afirmam que *“nem todas as crianças submetidas a iguais condições de pauperização reagem do mesmo modo”*. Muitas delas se resignam diante do destino, outras demonstram comportamento indisciplinado e até mesmo ingressam na delinqüência. Não é possível generalizar dizendo que todas que sofrem privações são violentas, isso porque cada criança passa por uma multiplicidade de contatos e experiências.

Capítulo II – A violência manifesta na escola.

Como parte dessa sociedade violenta e injusta encontramos a escola, que cada vez mais tem se afastado de sua tarefa educativa que deveria ser a de ao transmitir e produzir saber, formar homens capazes de eleger critérios de ação pautados na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se fizer presente, assim como criar formas não-violentas de atuação nas diferentes situações de vida.

Estudos desenvolvidos na área por Guimarães (1985) tem assinalado a crise da educação. A escola existente não é a que sonhamos: que funciona bem, instrui a todos, leva a melhoria de vida pessoal e social, que compensa as desigualdades sociais, nem é a que a lei diz ser democrática. A escola exclui e marginaliza a sua maioria e trata como se fossem iguais aqueles que por condições materiais, culturais, familiares, experienciais, etc. são diferentes e que apesar de todas essas diferenças devem aprender ao que é imposto e que não diz nada a respeito do mundo próximo e conhecido.

“O simples fato de que uma sociedade estruturada para permitir que a competição, o sucesso pessoal, individualizado, sejam os parâmetros de aferição do que o homem é, não pode evidentemente preparar o homem para ver no seu semelhante uma coisa que não um concorrente ou uma presa a ser devorada” (Odália, 1985:35)

A violência da desigualdade é construída no âmbito de condições históricas específicas e se se perpetua até hoje, é porque os grupos no poder mascaram essa desigualdade impondo-a como uma condição inerente às relações humanas. Dessa forma, a violência é institucionalizada,

pois admite-se implícita ou explicitamente que uma relação de força desigual é uma relação natural.

*“As crianças já chegam às escolas portadoras de desigualdades e tratá-las da mesma maneira, como se todas tivessem a mesma possibilidade de aprender, impondo os mesmos programas, os mesmos exames, significa não só manter a desigualdade como também aumentá-la” (Cf. Harper, apud Guimarães 1985, p. 65).**

O poder hierarquizante cria no ambiente escolar, segundo Foucault, uma comunicação entre indivíduos no sentido vertical ocasionando o isolamento, a reunião sem comunicação, o controle contínuo.

II.1 - Comunicação: Professor - Aluno

Guimarães (1985:51), afirma que a escola tem produzido a sua própria violência e sua própria indisciplina. E ainda, que “o aluno é violento porque percebe-se excluído de qualquer vínculo que o ligue afetivamente a escola. A violência manifestada pelo aluno é uma contestação à realidade onde a comunicação entre professor e aluno se realiza num contexto artificial”.

Os profissionais da educação, em geral, não sabem lidar com alunos oriundos de camadas sociais diferentes da sua, pois a comunicação do professor traz consigo valores de classe média que se não conquistados pela via financeira, foram adquiridos pela formação intelectual do professor. Embora o professor não aja intencionalmente nesse sentido, suas palavras, atitudes e posturas acabam por ironizar, discriminar o aluno. A comunicação

*HARPER, Babette e outros. *Cuidado, Escola: desigualdade, domesticação e algumas saídas*. SP: Ed. Brasiliense, 1980.

entre professor-aluno realiza-se num contexto onde o professor comunica valores que os alunos não entendem e estes, por sua vez, expressam valores que o professor não aceita.

Quando, por exemplo, conversa-se sobre drogas no ambiente escolar, em geral, os professores falam do mal que a droga causa ao organismo, suas conseqüências sociais e ainda da necessidade de se denunciar os traficantes.

Os alunos que convivem quotidianamente com os mesmos, sendo seus vizinhos, sabem que qualquer forma de denúncia pode ser perigoso, seria como pedir para assinar o próprio atestado de óbito.

O professor pede aos alunos que “fujam” dessas pessoas, porém o aluno acredita que a melhor forma de convivência é manter uma “diplomacia” com o traficante até mesmo como forma de se proteger dele. São valores em conflito que refletem a forma de como e onde foram criados e que o professor, por não morar ali, desconhece.

II.2 - Irrelevância dos conteúdos

Além da falha na comunicação do professor com o aluno, a escola não tem se preocupado em trazer para o aluno aquilo que é realmente relevante para ele e o professor tem entrado e saído da sala de aula passando o mesmo conteúdo para todas as classes indistintamente. O professor que assim age não está levando em conta as diferenças econômicas, sociais, culturais e emocionais de seus alunos.

Temos visto que a escola muitas vezes tem transmitido um saber que naquele momento é irrelevante para o aluno. Qual a necessidade de um aluno de 4^a série decorar os afluentes da margem direita e esquerda do Rio Amazonas? Alunos que nunca tiveram a chance de conhecer o Rio Amazonas e que talvez nunca tenham, a não ser por mapas e que no

entanto desconhecem a hidrografia de seu próprio município e as condições de conservação da mesma.

Não queremos dizer com isso que devemos ficar apenas no regionalismo, mas parece-nos mais fácil começar por aquilo que é mais próximo do aluno para depois avançarmos para algo mais complexo.

Muitas vezes a escola trabalha em matemática, por exemplo, multiplicação e divisão de frações e esquece-se de trabalhar o sistema de medidas, que é a todo momento utilizado pelo aluno quando ajuda os pais na construção de casas, muros, etc. Se o aluno utiliza um conhecimento espontâneo a escola poderia trabalhar sobre esses conhecimentos e contribuir para com o aprendizado do aluno.

O aluno se sente desmotivado e vê na escola um local separado de sua vida, que não o ajuda em nada e ainda o leva ao fracasso prendendo-o ali por vários anos.

Nesse contexto produz-se a indisciplina e a violência, *“que parece ser gerada em duas situações: como último recurso contra a autoridade autoritária ou autoritarismo do professor ou como expressão de sua falta de autoridade”*. (Vasconcellos, 1993:31)

Professores autoritários ou muito licenciosos tem permitido o surgimento de um clima favorável à indisciplina e à violência.

II.3 - Permissividade

A escola ao supervalorizar o conceito de liberdade, sem a contraposição da responsabilidade correspondente, tem sido responsável por certos abusos e por um clima de confusão com o sacrifício do ambiente escolar.

Em classes onde há um clima permissivo, não há produção do trabalho escolar e os alunos entediados e insatisfeitos começam a fazer brincadeiras e a demonstrar sua agressividade.

“O fenômeno chamado por Hannah Arendt como crise da autoridade materializa-se no sistema educacional também na forma de violência intelectual e física, que se expressa na destruição física da escola e na negação intelectual do diálogo”. (Zaluar, 1996:60)

A não compreensão das razões pelas quais devem aprender o que lhes é apresentado, a distância entre os conteúdos formais e a realidade quotidiana, gera entre os estudantes alheamento ao que se passa na sala de aula.

Os alunos passam a apresentar desvios mostrando-se desatentos, grosseiros, desobedientes, tagarelos, lentos, briguentos, etc.

II.4 - Autoritarismo

Por outro lado, tão perigoso quanto o primeiro, alguns professores por não saberem o que fazer diante do problema, estão voltando a optar pela educação de antigamente, que não dava margem à desobediência ou a qualquer inquietação do aluno, tornando-se extremamente autoritários. E quando agem assim, refletem as atitudes dos pais dos alunos, obrigando a classe obedecer a algo que é imposto e que não é do entendimento do aluno. O professor assume uma atitude de quem sabe o que o aluno não sabe, fala enquanto eles ficam quietos, fala bonito e diz que falam errado, corrige maneiras de falar e vestir, corrige quando se comportam mal.

Autoritarismo visível quando não se permite que o aluno vá ao banheiro sem a permissão do professor. Na família a criança é valorizada quando começa a ir ao banheiro sozinha, na escola, ao contrário, ela

precisa pedir para ir ao banheiro, além disso tem que esperar que o professor a libere ainda que esteja com muita vontade e é obrigada a esperar que outra criança vá antes dela porque não podem ir dois ao mesmo tempo.

Manifesto ainda quando se exigem que os alunos andem em fila, quando só eles estão no corredor, tornando os alunos como soldados, que devem andar no mesmo ritmo, sem se desviar ou conversar.

Pressão sofrida pelos bons e maus pontos, mediante o cumprimento de tarefas. Se o aluno faz lição de casa, ponto positivo, se não faz, ponto negativo. Se está com o caderno em ordem, ponto positivo, porém se não está, ponto negativo. Não importa se o aluno não fez a lição porque estava doente ou porque teve que sair com o irmão para pegar a cesta básica da família no centro comunitário, únicos alimentos que a família tem durante o mês. Punem-se aqueles que pela vida já estão sendo punidos pela privação daquilo que é necessidade básica da vida.

Proíbe-se, ainda, aos alunos de falarem uns com os outros durante a aula, privilegiando-se o trabalho individual, ao invés do trabalho em equipe, da ajuda mútua.

Aos poucos os estudantes vão se tornando incapazes de se comunicar, de pensarem, de raciocinarem, principalmente porque tem que aprender a falar e a escrever numa linguagem diferente da que sempre falaram com os pais e com os amigos. A verdade é que toda a maneira espontânea de falar da criança é constantemente corrigida, reprimida, penalizada pelo professor, com o objetivo de fazer com que as crianças falem a língua da escola. Diante disso, certas crianças acabam se calando para não correrem o risco de serem criticadas e também reduzem ao mínimo o que teriam de escrever, para não se exporem a observação do tipo "pobreza de vocabulário, erro ortográfico, etc".

Isso só tem colaborado para fragilizar ainda mais a relação professor-aluno, que já não é amigável, gerando sérios conflitos.

A disciplina, enquanto ordem rígida e fixa das atividades diárias, submissão irrestrita, não-crítica a comandos e procedimentos comportamentais, imposta pelo professor que deseja manter a organização da classe obriga o aluno a obedecer algo que é imposto e não incorporado, contribuindo para manifestações violentas e indisciplinadas.

Se o professor se mostra autoritário ferirá a relação, porque se a escola não motiva o aluno, a energia que o levaria ao envolvimento o levará a explosão de indisciplina e violência.

A disciplina sem fundamento, do não pode, porque não pode, porque assim "é melhor para o aluno", é um abuso da autoridade do professor, a medida que a dominação aparece como sendo cinicamente uma resposta aos desejos do aluno.

É preciso entender que a escola trabalha com disciplinas (matérias do currículo) que exigem disciplinas (procedimentos em face de seu objeto ou formas de abordá-lo que acreditamos ser mais eficazes ou próprias). Frequentemente idealizamos uma ordem para o comportamento em sala de aula, como se o objetivo do processo educacional repousasse prioritariamente na fixação de certos comportamentos e não na transmissão e assimilação de determinados conhecimentos, habilidades ou atitudes que eventualmente, exigem certos tipos de comportamento e procedimentos como meio.

As regras que formam as disciplinas escolares não têm uma função exclusivamente reguladoras da boa ordem, mas construtivas posto que possibilitam uma forma de trabalhar, de ver o mundo na perspectiva da história, das artes, da física etc.

Ao proporcionar uma forma de trabalho, um modo de operar, o professor transmite um método de trabalho, uma disciplina para o trabalho.

Uma aula expositiva pode exigir silêncio e acompanhamento do raciocínio. Por outro lado, a resolução de problemas pode exigir troca de idéias sobre procedimentos e tentativas.

O problema da disciplina ou indisciplina no âmbito escolar não deve ser o de obter um tipo padronizado de comportamento, mas de como ensinar certas maneiras de se trabalhar.

No entanto, a criança, as vezes, não entende a disciplina do professor como sendo o melhor para ela, naquele momento, mas nem por isso, o professor pode deixar de discipliná-la, pois a disciplina é fundamental para a vida em grupo e atende a uma necessidade social.

É mais fácil para a criança perceber a sua necessidade de beber água, por exemplo, que é uma necessidade biológica diretamente sentida do que a necessidade de disciplina, pois esta é abstrata ainda que tenha conseqüências concretas.

Um "não" bem fundamentado é um ato legítimo de autoridade e o professor não pode renunciar a sua autoridade, pois se o aluno não for disciplinado externamente, dificilmente estruturará sua disciplina interna, na medida que esta é a introjeção da necessidade da disciplina.

Em síntese, podemos dizer que a disciplina, não a que costumamos identificar com uma boa ordem, mas aquela vista como procedimentos em face a um objeto ou formas de abordagem, é um meio que colabora para a melhor organização escolar e em conseqüência, para a apropriação do saber. A disciplina exterior nasce da autoridade do professor, autoridade que tem o sentido de ajudar o aluno a crescer intelectualmente.

A crise da educação do país tem relação específica com o crescimento da violência, pois *“excluem-se da escola os que não conseguem aprender; excluem-se do mercado de trabalho os que não tem capacitação técnica, porque antes não aprenderam a ler, a escrever e a contar; e excluem-se, finalmente do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa”*. (Zaluar, 1992:59)

Capítulo III – O bairro e a realidade da escola

III.1 - O bairro Edite Campos Fávero

A criação do bairro Edite Campos Fávero* (1986) tem por pano de fundo a recessão e o desemprego a índices alarmantes vivenciados no Brasil na década de 80. Momento também de crescimento da economia informal em todos os setores: vendedores de sinal, camelôs, biscateiros, guardadores de automóveis. E o setor mais subterrâneo, porque ilegal, desta economia desenvolve-se ainda mais rapidamente: o tráfico de drogas, feito a luz do dia. Simultaneamente aumentaram as notícias sobre a violência e altas taxas de criminalidade nas áreas das cidades em desenvolvimento.

O bairro Edite Campos Fávero conhecido como Morro Alto foi criado na gestão do Prefeito Dr. Benedito Dias de Carvalho, para atender a um déficit habitacional da população de baixa renda (até dois salários mínimos) de Paulínia, população essa que vivia em sub-habitações (cortiços) em diversos pontos da cidade (Bairro Santa Terezinha, Bairro João Aranha, Centro e da Rua São Bento). Na época (1986) foi feita a seleção das famílias levando-se em conta os seguintes critérios:

- Ter família constituída;

- Residir no município há pelo menos dois anos;

Bairro pobre da cidade de Paulínia - S.P., município que sedia a REPLAN - Refinaria do Planalto, da Petrobrás, onde 25% do petróleo utilizado no Brasil é refinado.

- Ter renda mensal de até dois salários mínimos;
- Ter disponibilidade para trabalhar em mutirão nos finais de semana.

A seleção foi feita através de cadastro das famílias no CACO (Centro de Ação Comunitária). No início foram cadastradas mais de trezentas famílias, para uma construção inicial de cento e noventa e seis casas. As trezentas famílias foram visitadas e selecionadas para o mutirão. Para o loteamento houve novo cadastramento e nova seleção.

A prefeitura comprou a área, doou os terrenos e financiou o material da construção. A população participou com a mão de obra em regime de mutirão. Contou-se com o apoio de um engenheiro, dois arquitetos, uma assistente social, uma auxiliar social, um mestre de obras, três pedreiros, dois eletricitistas, dois encanadores, todos eles mantidos financeiramente pela prefeitura municipal e ainda receberam três máquinas de fazer tijolos durante a construção.

As casas eram todas iguais (um quarto, sala, cozinha e sanitário) com área para aumentar de acordo com as necessidades e possibilidades de cada família.

A distribuição teve um sorteio direcionado, isto é, aqueles que mais trabalharam no mutirão foram para as casas mais bem localizadas.

O bairro foi planejado tendo em vista uma área reservada para a construção da escola, creche, Projeto Sol (Projeto de Educação Não-Formal) e centro comunitário.

III.2 - De EEPG do Morro Alto a EMEF “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos”

A Escola Estadual de Primeiro Grau do Morro Alto funcionou primeiramente em um prédio emprestado pela prefeitura de Paulínia, na escola de Ensino Supletivo, por dois anos (1989/1990), tendo por diretora a Prof(a). Sueli Bonome, recrutada através de inscrição na Delegacia de Ensino. A prefeitura colocou a disposição um ônibus que ia até o bairro e transportava os alunos até o prédio do supletivo. Nessa época a escola atendia a cerca de setecentas crianças em classes de Ciclo Básico a 7ª série do 1º grau, no turno da manhã das 7:10h as 12:30h e no turno da tarde das 13:00h as 17:30h.

As crianças que a escola atendia nesta época estavam anteriormente matriculadas nas diversas unidades da cidade mas foram transferidas para lá, sendo em geral, de baixa renda, filhos de pais subempregados.

Segundo as informações da Prof(a). Sueli Bonome, em entrevista que nos foi concedida, a escola quando funcionava no prédio do supletivo não enfrentava problemas de violência, apenas pequenos problemas de brigas no caminho para a escola e na espera do ônibus que os transportava. Acredita que se hoje existem problemas de violência é por estarem próximos a comunidade deles, o que antes não acontecia. Essa proximidade é problemática porque a comunidade onde se localiza a escola é muito conflitada, desde sua vinda para o bairro, vinda que se deu de diversos pontos da cidade.

Em 1991 a E.E.P.G. do Morro Alto passou a funcionar em prédio próprio oficialmente inaugurado em 10 de março de 1991, obra construída pela administração municipal que tinha por prefeito o Sr. José Pavan Júnior, mas pertencente a Rede Estadual de Ensino.

Em 1997 a escola foi assumida pela Prefeitura Municipal de Paulínia, com a denominação de Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Dr. José Dalmo Fairbanks Belfort de Mattos” denominada assim desde 1995, com seu novo quadro de professores que tiveram ingresso através de concurso público realizado em 1996, contando apenas com três professoras efetivas do Estado, cedidas mediante convênio à Secretaria Municipal de Educação.

III.3 - Perfil da comunidade escolar

A EMEF. “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos” oferece hoje vinte e quatro classes de 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental e seis classes de uso noturno para o Projeto Educar (Ensino Supletivo). Conta com exatamente setecentos e cinquenta alunos, sendo cento e cinquenta e oito alunos na 1^a série, cento e cinquenta e oito na 2^a série, duzentos e trinta e dois na 3^a série e duzentos e dois alunos na 4^a série do Ensino Fundamental.

A maioria das crianças (55,6%) é nascida na própria cidade de Paulínia, 28,6% são nascidas em outras cidades do estado de São Paulo e 15,8% nascidas em outros estados, principalmente do Norte e Nordeste.

Os alunos, em sua maioria (82,1%), vivem em casa própria, sendo que 55,3% dos alunos moram no próprio bairro e 44,7% moram em outros bairros.

Quanto a estrutura familiar, a maioria das crianças mora com pai e mãe (65,5%), só com a mãe (26,5%), só com o pai (3,1%) ou com outros (4,9%).

Em relação ao fator sócio-econômico a realidade é bastante difícil, sendo encontrado grande número de desempregados (18,1%) entre os pais

dos alunos, ou em trabalhos autônomos (18,4%), como por exemplo, pintores, pedreiros, faxineiros, vendedores, encanadores, etc.

O nível de escolaridade dos pais mostra-nos a seguinte realidade: 59% dos pais tem escolaridade entre 1^a e 4^a série do Ensino Fundamental, 24,8%, entre 5^a e 8^a série do Ensino Fundamental, 7% no Ensino Médio e 0,6% no Ensino Superior. No entanto é considerável o índice de pais que nunca freqüentaram a escola (8,6%).

Capítulo IV – A violência na EMEF “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos”.

Diversas manifestações de violência têm aparecido na escola, daí a preocupação diante daquele aluno que provoca o outro, que se recusa a fazer as coisas, que agride, rouba. O que fazer quando os pais exigem atitudes quanto ao agressor de seus filhos? Como garantir o andamento da classe quando há brigas constantes? O que fazer quando a polícia tem que intervir na escola?

Na EMEF. “Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos” são percebidos vários casos, como os citados acima, de indisciplina e violência.

Um dado importante a ser destacado aqui é o de que a agressão à pessoa é mais freqüente do que a depredação do patrimônio. É muito comum brigas entre crianças e casos de funcionários agredidos por alunos.

Para compreender o fenômeno da violência e suas manifestações é preciso localizar o aluno na sociedade como integrante de uma família num determinado espaço físico e social.

Este trabalho assume como pressuposto a idéia de que a família é uma instituição fundamental de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, à medida que assume a família como a base da sociedade procurando garantir o equilíbrio da mesma.

Essa posição pode gerar polêmicas mas o que não se pode negar, seja qual for a posição do leitor, é a importância da família, tanto ao nível

das relações sociais, quanto ao nível emocional de seus membros, na sociedade atual.

É importante lembrarmos que a instituição familiar nem sempre existiu nos moldes atuais, como algo natural, biológico. Ela é uma instituição que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder a necessidades sociais.

Reis (1984) apresenta quatro modelos de família: família aristocrática e camponesa (Séc. XVI) e família proletária e burguesa (Séc. XIX).

Nas famílias aristocráticas a importância da manutenção da família residia na manutenção das propriedades familiares, daí o casamento ser um ato político.

Já no meio dos camponeses, a família não era o espaço privado ou privilegiado e os laços emocionais se estendiam para fora da família. Era à aldeia que todos estavam ligados por laços de dependência.

A família proletária que teve sua constituição no período inicial da industrialização (Séc. XIX), um século depois, não se distinguia da família burguesa em termos de relações emocionais de que caracterizavam as relações internas.

A família burguesa que nasceu na Europa no meio do século XVIII, caracterizou-se pelo fechamento da família em si. Inicia-se a separação entre vida pública e privada. O homem passa a ser o provedor material da casa e autoridade dominante. A mulher ficou responsável pela vida doméstica, pela organização da casa e educação dos filhos. A função dos pais, principalmente da mãe, era suprir as necessidades de afeto dos filhos. Afeto que não era incondicional, mas que dependia da conduta dos filhos.

Na sociedade atual a família apresenta-se com uma riqueza de variações. Encontramos nas nossas salas de aula filhos de pais divorciados e daí o forte crescimento de famílias em que mãe e pai são um só, geralmente a mulher (mãe solteira ou divorciada) que assume a guarda dos filhos.

Atualmente não se transmite mais nada aos filhos: nem fortuna, nem profissão, nem crenças, nem saber. Os pais perderam seus papéis de iniciadores do saber.

A AIDS e a crise econômica são fatores que tem servido para estabilizar a família e os casais. Além disso é o lar que oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) refletindo a realidade brasileira, reconhece a importância da família ao incluí-la no capítulo sobre o ensino fundamental:

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de 8 anos, obrigatório e gratuito na escola pública terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

(...)

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.*

E ainda:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas de

* Grifos da autora

conduta comum e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VI – articular-se com a família e a comunidade, criando processos de integração com a escola.*

Quando a criança ingressa na escola, o seu primeiro grupo extra-familiar, o professor espera que o aluno represente bem sua família: que mostre que aprendeu com a família a perceber o mundo, a se situar nele e a se comportar fora das relações familiares. No entanto, a criança ao chegar na escola mostra um modelo de família diferente do que o professor tem ou acredita ser o melhor, trazendo consigo as contradições vivenciadas em sua casa.

Há um número considerável de desempregados (18,1%) dentre os pais dos alunos. As mães são obrigadas a sair de casa e a trabalhar o dia todo em casas de família, como elas próprias dizem, para ajudar no sustento da casa.

Os pais ficam fora de casa procurando emprego ou fazendo “bico”. O filho fica sozinho em casa ou com os irmãos maiores. A criança é obrigada a fazer faxina em casa, a cozinhar, a lavar e a passar roupa, etc. Quando os pais conseguem um emprego, este é geralmente de baixa qualificação, pois em geral nunca freqüentaram a escola (8,6%) ou apenas possuem o Ensino Fundamental (83,8%). Outros “optam” por trabalhar como autônomos (18,4%).

A criança resente-se da ausência dos pais, que em busca de condições de sobrevivência são obrigados a permanecer fora de casa o dia todo. Até mesmo a mãe/mulher do pai ao conquistar “igualdade de acesso”

* Grifos da autora

ao mercado de trabalho perdeu seu papel de iniciadora do saber de que seus filhos precisam o que em geral tem alterado muito as relações de seus filhos com o mundo.

Além disso, o que é pior, a imprensa falada e escrita tem noticiado inúmeros casos de violência e negligência ocorridos no interior da família. A família tem-se tornado um espaço de práticas violentas marcadas pelo ocultamento, silenciamento das vítimas.

Essa violência praticada em casa é justificada pelos agressores, pela necessidade de se manter um padrão de conduta normal no exercício da formação e de educação do cidadão. A utilização de repreensões e punições na família são consideradas "educativas" e sempre foram não só aceitas, mas também indicadas, isso como forma de proporcionar uma educação que não permita a transgressão de normas.

Grande parte dos alunos trazem para a escola um comportamento violento, desde o primeiro dia de aula, refletindo o meio em que vivem.

Há várias crianças que no decorrer de sua vida escolar foram encaminhadas a Secretaria da Criança e do Adolescente e que até hoje os professores devem entregar relatórios sobre suas situações na escola. Em geral, esses relatórios são pedidos porque em algum ano anterior houve denúncia ou suspeita de que aquela criança tenha sido vítima de violência doméstica: física, sexual e de negligência.

Dados da própria escola mostram que é considerável o número de crianças que vivem só com a mãe (26,5%), só com o pai (3,1%) ou com outros (4,9%). Há crianças que mostram a violência sofrida dizendo, por exemplo, que o padrasto dá carinho, presentes para seus filhos, porém para ele e seus irmãos apenas desprezo e agressão. Os alunos são em geral vítimas de padrastos e madrastas.

“A violência se faz presente na instituição familiar quando, de forma mais explícita, são submetidas a torturas, castigos, abusos sexuais, estupros e coisas do gênero. Estas na maioria das vezes, incentivam a revolta, o confronto por parte dos adolescentes que passam a internalizar a violência em seu cotidiano e a empregá-la com freqüência cada vez maior. Passam a incorporá-la enquanto forma de vida, proteção e sobrevivência.” (Roure, 1996:76)

Sem acreditar que a escola, sozinha, vá apagar as diferenças de cada um em suas relações, em sua vida pessoal, seria desejado que ela não reproduzisse as mesmas situações de forma a excluir os alunos.

A vida das famílias é geralmente desconhecida da escola, porém é necessário que a escola conheça mais sobre a vida de seus alunos e seus problemas, buscando compreender em que situação a violência que sofrem, surge, se instala e se reproduz.

Compreender como se estabelecem as relações dos alunos com seus familiares é ponto crucial para capacitar o profissional da educação a lidar melhor com o problema da violência.

A escola, por estar em interação com o meio não tem como ficar imune às tensões e desequilíbrios da sociedade, e acaba espelhando a violência que domina o ambiente de onde provém seus alunos.

A escola, assim como a família, está inserida numa comunidade específica, sofrendo influências desse ambiente.

A vida nas comunidades pobres, como é o caso do bairro Edite Campos Fávero, nos centros urbanos é marcada pela escassez de bens e serviços, comuns a toda a população de baixa renda; caracteriza-se também pela convivência com a violência cruel da delinqüência, e pelo

sofrimento de suas conseqüências. A violência cotidiana, com ferimentos, tiroteios e ameaças, interfere na formação da criança e do adolescente e em suas atividades na família, na escola e na comunidade. A frágil expectativa de ascensão social, aliada à promessa de retorno financeiro fácil e à visão de elevação do status social, dada por certos grupos ligados a atividades ilegais, sobretudo o tráfico de drogas, direcionam crianças e adolescentes para uma “escolha”, que reproduz e incrementa a violência.

Vários alunos são provindos de outras cidades do Estado de São Paulo (28,6%) e de outros estados brasileiros, principalmente do Norte e Nordeste (15,8%), especialmente por acreditarem que as condições de vida em Paulínia são melhores de que em outras cidades do país. No entanto, as crianças e os adolescentes pobres vêm sendo submetidos a um sistema econômico excludente e concentrador de rendas. A deteriorização do quadro social brasileiro, percebido pela distribuição desigual de renda, pelo desemprego, pela inexistência de políticas sociais públicas, como por exemplo: rede de água potável e esgoto, constitui-se como pano de fundo que alimenta o exercício e a multiplicação da violência em diferentes formas.

Sem querer dizer que a violência tem como única causa a pobreza e a miséria que se abateu sobre a grande maioria da população, ela é sem dúvida, filha legítima dessa situação. A violência acaba sendo a conseqüência das necessidades em um mundo onde não há o bastante para todos.

A escola, ao contrário do que se espera, não tem sido um lugar conhecido, familiar, mas sim um lugar separado da vida que visa utilizar exaustivamente as forças e o tempo do aluno.

Na escola são percebidos vários casos de indisciplina: crianças pelos corredores, pátios, nas salas de aula andando, conversando com voz elevada, provocando outros alunos, ofendendo, humilhando os próprios

colegas, seja porque percebeu a presença de piolho na cabeça do amigo, seja por causa da raça ou porque brigou com parentes seus. A confusão é generalizada. As crianças ficam nas janelas. Nas aulas de educação física apenas querem jogar futebol e quando assim não acontece, põem a mochila nas costas e querem ir embora.

A violência que as crianças exercem na escola é um reflexo da violência que vivenciam quotidianamente. Na escola, em especial, na sala de aula, são tecidas uma complexa rede de relações. O professor acredita que a garantia de sua autoridade reside na manutenção da ordem. Para manter essa ordem “necessária”, o professor desempenha papel violento e ambíguo, pois ao mesmo tempo que ele tem função de estabelecer limites da realidade, ele desencadeia um processo onde o aluno se difere dele tendo autonomia sobre próprio aprendizado e própria vida.

Quando isso acontece, o professor ao ser violento, desencadeia um clima de rebeldia, revolta, o que torna impossível a aprendizagem. O professor, como não sabe o que fazer, opta então, por um ensino tradicional para não dar margem a desobediência, a inquietação do aluno, obrigando o aluno a ficar quieto, não se levantar do lugar.

Segundo Zaluar (1996) é possível afirmar que a entrada da violência na escola foi a negação do diálogo como fonte de conhecimento e entendimento entre os homens.

Se o professor age com autoritarismo fere a relação com o aluno, pois está privando o aluno de falar, de mostrar suas razões e este ao ser privado desse diálogo tende ainda mais a mostrar-se indisciplinado e violento. A comunicação do professor com o aluno fica fragilizada.

Na escola o que temos visto é que quando o aluno não se submete às regras vêm as punições que em geral não tem tratado os infratores, mas

tem servido apenas para distinguí-los do grupo, até mesmo como forma de se proteger contra eles.

Isso tudo mostra que o professor deve ter autoridade sobre a classe de forma a levar os alunos a incorporarem a necessidade de disciplina para o trabalho escolar. Disciplina, essa, que não se identifica com uma boa ordem, mas com práticas que exigem diversas disposições e diferentes tipos de exigência. Ao propiciar uma forma de trabalho o professor transmite um método de trabalho, uma disciplina para o trabalho escolar.

“A colocação de regras de funcionamento e das normas de conduta clara e explícita é necessária ao convívio social da escola. Por outro lado, o esclarecimento de sua função é essencial para que os alunos percebam o significado de segui-las e não as tomem como questão de mera obediência aos adultos. Entretanto, é preciso considerar que essa compreensão não acontece espontaneamente e, portanto, deve ser objeto de ensino organizado e sistemático”. (PCN - Vol1:60)

Casos como os citados acima, nos quais não há disciplina, são submetidos a medidas disciplinares que soam para o aluno como punições. As formas mais comuns são: “sermão”, bilhetes para os responsáveis, registro no livro de ocorrências da escola, ir para a diretoria onde são admoestados, convocação dos pais, ficar sem parte do recreio e em último caso ficar sem aula de educação física e suspensão por até seis dias, como consta no Regimento Escolar Comum das escolas municipais de Paulínia.

Em outros casos, as crianças que em geral apresentam problemas de aprendizagem e indisciplina são encaminhadas ao CETREIM (Centro de Terapia e Reabilitação Integrada Municipal) para acompanhamento de outros profissionais: pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, etc.

Essas medidas são tentativas de disciplinar os alunos porém nesse tipo de punição há o confronto direto entre o aluno e a autoridade, seja do professor, diretor ou orientador e, direciona-se no sentido de valorizar a hierarquia e saber que existe poder na escola, do qual ele, o aluno, não participa, mas que deve respeitar, não transgredindo as normas estabelecidas por esse poder.

O aluno, por ter sua comunicação fragilizada, não entende a disciplina do professor como sendo a melhor para ele naquele momento. É mais fácil para o aluno perceber suas necessidades biológicas, como beber água, do que a necessidade da disciplina, pois esta é abstrata para ele, atendendo apenas para uma necessidade social e para a vida em grupo.

A EMEF Prof. Dr. José Dalmo para evitar momentos de indisciplina e violência procura manter sob olhar permanente os alunos. Para realizar esta tarefa a escola conta com três monitoras: uma alocada no pátio, observando a movimentação dos alunos, outra no corredor, para controlar a movimentação evitando tumultos nos horários de entrada e saída de alunos da sala de aula e também a permanência dos mesmos nos corredores e a terceira, para ajudar os professores em pequenas tarefas ou quando precisam da preparação de algum material, além disso, ela socorre alunos com pequenos problemas de saúde.

Porém, algumas das manifestações de indisciplina e violência ocorrem dentro da própria sala de aula. Houve um episódio onde podemos detectar claramente manifestações de violência:

Duas crianças estavam comentando sobre um programa de televisão do SBT – A praça é nossa. Nesse programa há um personagem chamado Vera Verão que faz papel de homossexual. Os alunos comentavam o programa, quando um outro aluno saiu de seu lugar e agrediu fisicamente o aluno que participava do comentário. Quando perguntado sobre os motivos da agressão o aluno respondeu que estavam chamando sua mãe, que por

coincidência chama-se Vera, de Vera Verão. Um mal entendido que se transformou em violência. Problemas na comunicação onde um fala uma coisa e o outro entende erroneamente e transforma-se em confusão.

É comum ouvirmos crianças ofendendo seus colegas dizendo que estes só vão à escola para comer. Isso ofende a criança que, geralmente incentivada por outras crianças, acaba por reagir agredindo o colega.

Os professores reclamam das classes serem muito numerosas, contando com em média trinta e um alunos por sala e também por contarem essas classes com vários alunos com problemas de aprendizagem e disciplina, além da distorção série-idade.

Essas turmas foram formadas no final de 1997, levando-se em conta a idade e a questão de terem ou não atingido os objetivos da série anterior.

As turmas com maior número de alunos são aquelas onde os alunos atingiram todos os objetivos ou quase todos os objetivos, sem contudo ultrapassar o número de trinta e cinco alunos. As turmas menores são compostas por alunos que não atingiram os objetivos da série anterior.

Os maiores problemas de indisciplina e violência estão concentrados nessas classes onde os alunos não atingiram os objetivos do ano anterior e tem a distorção série-idade. É generalizada a desordem das mesmas, sendo visível isso a todos.

Há uma classe de 4ª série de aceleração. Essa classe conta com apenas vinte e um alunos, alguns repetentes da 4ª série e outros que vieram da 3ª série sem terem atingido os objetivos devido a promoção automática. Os alunos dessa turma tem idade que varia de onze a quinze anos, com interesses muito diferentes dos demais alunos da escola. São alunos com problemas de disciplina ou de adaptação à rotina escolar, que vão à escola para manter convivência social. Esses alunos gostam de estar no espaço da

escola, valorizando as amizades que ali se formam e as atividades recreativas e esportivas desenvolvidas. Por outro lado, esses alunos ficam geralmente durante a aula na porta da sala, perambulando pelos corredores, pátio, onde desenvolvem atividades paralelas, perturbando o andamento das aulas, da rotina escolar e dificultando o trabalho dos monitores.

Nesses alunos percebemos comportamentos destrutivos como: quebrar objetos, ofender por palavras, além de bater e machucar colegas. São alunos com auto-imagem negativa e que já apresentaram problemas de repetência de série algumas vezes, assumindo assim a responsabilidade por isto, já que, segundo eles próprios, não prestam atenção nas aulas e desistem facilmente das tarefas escolares.

Outro episódio no qual podemos perceber a manifestação de violência ocorreu em um dia de comemoração ao dia das crianças em 1997. Nesse dia as crianças foram levadas ao Sambódromo. Lá havia vários brinquedos, dentre eles um que chamava muito a atenção das crianças - um touro mecânico. As crianças da 1ª série formaram a fila para montar o touro. Nesse momento, um aluno da 3ª série (hoje aluno da classe de aceleração) entrou na frente das crianças menores. A professora da 1ª série dirigiu-se até ele e pediu para que entrasse no local correto da fila. Ele saiu e a professora até se espantou dele não ter reclamado, pois este mesmo aluno tinha o rótulo na escola de ser muito indisciplinado. Quando a professora virou-se de costas para ele, o mesmo veio e deu uma "voadora", como os alunos dizem ao se referir a um chute nas costas da professora. A professora não revidou, porém saiu do local e registrou um boletim de ocorrência na delegacia contra o aluno. O caso foi levado para o Conselho da Escola que optou, por estarem no final do ano, a apenas suspender o aluno por alguns dias e conversar com seus responsáveis.

Em algumas ocasiões já foi necessário o envolvimento da polícia na escola, por causa de problemas de agressão a professores ou por

problemas que ocorreram fora da escola relacionados a drogas e que exigiram a vinda da polícia na escola com mandado de busca e apreensão do menor. Nesses casos, a escola, para evitar confusões, procurou manter sigilo, longe do conhecimento de outras crianças e procurou colocar os pais a par das situações.

É constante a invasão da população do bairro à quadra da escola ocorrendo isso em todos os finais de tarde. Os portões que antigamente ficavam fechados, levando a destruição da cerca, hoje ficam abertos. O espaço que a população utiliza restringe-se durante a semana à quadra, porém nos finais de semana o prédio é invadido.

Por ocasião do início da primavera e dia da árvore a escola conseguiu a doação de diversas mudas de árvores para serem plantadas na escola. Isso fazia parte de um projeto da escola que pretendia arborizar, bem como deixar a escola com melhor aparência, principalmente a região da quadra, pois a mesma não contava com nenhuma árvore.

Cada classe desceu, plantou e se responsabilizou por cuidar das mudas. No primeiro final de semana, foram arrancadas cerca de trinta e seis mudas. Segundo informações de pessoas ligadas à escola, há suspeitas de que tenham sido os moradores da própria comunidade. A escola suspeitou que estes achavam que o plantio das mudas era para privá-los de utilizar a quadra, já que estas foram plantadas acompanhado a cerca da escola. Com esta percepção, foi deixado o portão da quadra aberto e nunca mais houve destruição das mudas.

Esses problemas demonstram falta de diálogo e até mesmo a fragilidade da comunicação da escola com a comunidade. Se fosse explicado que as árvores seriam utilizadas para embelezar a escola, oferecer sombra, a comunidade não reagiria mal. Como a comunidade sentiu-se ameaçada da privação da quadra reagiu de forma violenta.

Segundo a ex-diretora da escola, Prof(a). Sueli Bonome, a melhor forma de combater a violência seria trazer a comunidade para dentro da escola, não para reclamar do filho bagunceiro, mas trazê-la para um diálogo e ainda contar com uma equipe de trabalho (professores, diretores, orientadores, etc) estabilizada.

Como a escola não promove festas, encontros de confraternização com os pais e não utiliza suas áreas livres, restringindo às atividades apenas ao ensino propriamente dito, prevalece a idéia de que seu ambiente é para mera transmissão do saber. A comunicação fica restrita, pois é preciso transmitir conhecimento e não há tempo para outro tipo de diálogo.

Sendo assim o que resta a fazer é tomar algumas medidas de segurança e foi isso que a prefeitura fez: tomou algumas medidas de segurança na escola, correspondendo a duas áreas básicas: as que se referem a preservação do patrimônio e dos bens materiais e as que se relacionam com a proteção das pessoas.

Para preservar o patrimônio da escola foi instalado nesse ano um sistema de alarme que aciona a guarda. Com relação a segurança das pessoas, a guarda municipal mantém uma guarda feminina na escola em período integral, auxiliada por outros guardas. Esta deve fazer a ronda também dos prédios do Projeto Sol, creche e na escola de educação infantil.

Conclusão

Violência escolar – O que é que se está dizendo com isso?

Buscando respostas para essa pergunta chegamos a conclusão de que quando os alunos agem de forma indisciplinada e violenta eles estão querendo chamar nossa atenção para um melhor atendimento.

Não querem que os deixemos fazer o que bem entendem, mas também não querem fazer o que não entendem como sendo necessário para eles naquele momento.

É necessário que nós, educadores, conquistemos nossa autoridade junto aos alunos, o que difere do autoritarismo. Uma autoridade que seja respeitada, pois segura de si, que não necessite de a cada instante fazer discurso sobre sua existência, sobre si mesma e nem precise confirmar sua legitimidade, pois se tem autoridade para exercê-la com sabedoria.

Ao contrário disso tem se estabelecido entre professor e alunos uma comunicação artificial, pois os mesmos não tem sido capazes de se colocar à disposição do aluno: de se adaptar a sua linguagem, a sua conduta e aos seus modos de socialização. Isso tem colaborado para o rompimento de qualquer relação afetiva com o aluno e o estabelecimento de uma relação controlada pelo poder, ordenada de acordo com a hierarquia.

A escola precisa se organizar de maneira a superar os rótulos e os estigmas em que os alunos são enquadrados, porque:

“... o pressuposto fundamental de qualquer trabalho educacional é acreditar na possibilidade de mudança do outro” (Vasconcellos, 1993:60)

E ainda:

“ Só se pode transformar a realidade a partir do momento que se assume a existente” (Vasconcellos, 1993:60)

O enfrentamento da violência é de responsabilidade de todos, pois as atitudes dos alunos não dependem unicamente da ação da escola, porque suas atitudes têm intrincadas implicações de natureza tanto psicológica quanto social, nas relações de vida familiar e comunitária.

A escola estando inserida neste contexto deveria enfrentar o problema da violência, a fim de colaborar no processo de luta por uma sociedade mais sadia.

A sua atuação de caráter educativo deve evitar culpabilizações, seja da família, da escola na figura do professor ou dos alunos. Se a escola conseguir dialogar consigo mesma e com a sociedade ao seu redor, internalizando que a violência não é só do outro, mas também sua, poderá finalmente contribuir para um novo momento, em que se enfrente comprometidamente o problema.

Segundo Guimarães (1996:81) *“É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje freqüentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência.”*

Ações nesse sentido, podem dar início a uma solidariedade interna que leva a uma luta pelo coletivo, criando uma equipe de trabalho e

permitindo a troca recíproca, sem eliminar a autonomia das pessoas e suas diferenças.

No final do ano passado (1997), após várias tentativas de enfrentamento isolado da violência, foi iniciado um projeto que envolvia toda a comunidade do bairro Edite Campos Fávero, organizado pela própria escola em parceria com a creche e o Projeto Sol. Este projeto visava combater a violência através de atividades educativas tanto artísticas quanto profissionais, porém o projeto ficou apenas no papel e por motivos políticos não entrou em vigor.

No primeiro semestre deste ano de 1998 procurou-se realizar uma palestra com uma psicóloga. Medida tomada devido à solicitação dos professores que queixavam-se da falta de limites dos alunos. Os pais foram chamados num sábado para ouvir falar de qualidade de vida no relacionamento entre pais e filhos. A frequência dos pais foi baixa e notou-se que maioria dos pais que compareceram eram pais de alunos que não tinham problemas quanto à disciplina. O aparente "fracasso" desmotivou a organização de outros eventos de aproximação e discussão do problema da violência na escola.

Atualmente o que temos percebido na EMEF "Prof. Dr. José Dalmo F. B. de Mattos" é que não se tem enfrentado coletivamente o problema da violência, há apenas trabalhos isolados de cada classe.

*" É bom lembrar que o bom relacionamento entre escola e clientela proporciona uma certa garantia de seu funcionamento e segurança".
(Zaluar, 1996:112)*

É necessário que se comece a discutir e enfrentar coletivamente o problema da violência na escola. É preciso que a escola passe a conhecer melhor a vida de seus alunos e que deixe de ser um local "sagrado" onde só há lugar para o "saber formal" .

A escola precisa abrir-se para a comunidade, se tornar também um local de convivência social, aberto, para que a comunidade tenha ciência de que aquele espaço é seu e pode cuidar desse espaço.

Trazer os pais para dentro da escola, utilizando para isso, por exemplo, a A. P.M. (Associação de Pais e Mestres), não só para deliberar sobre o orçamento da escola, mas também para tomar parte das decisões da escola, da elaboração do currículo. Essas são formas de trazê-los para estudar formas de melhorar a educação de seus filhos e eles próprios dizerem aquilo que acreditam ser relevante para a formação de seus filhos. Outra forma é fazer das reuniões de pais um espaço de crescimento, um local agradável, que não que lhes dê a sensação de que precisam sair logo dali.

Acreditamos que a partir do próximo ano (1999) o problema venha a ser enfrentado com mais afinco. Devido à municipalização do ensino em Paulínia, o quadro de funcionários: diretores, orientadores e professores tende a se tornar mais estável, a medida que esses profissionais a partir deste ano têm a sua vaga na escola e não mais na rede de ensino e só sairá dali se pedir remoção. É um avanço saber que se pode contar com os mesmos profissionais pois torna possível um planejamento a longo prazo.

Atitudes concretas como a melhoria da qualidade de ensino, da relação interpessoal entre professores e alunos, da integração e atenção da escola na família, são aspectos relevantes que podem prevenir a violência no âmbito escolar e familiar.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. In GROSBAUM, E., ALVES, M.L., MARTINS, A. M. *Violência , um retrato em branco e preto*. São Paulo, FDE, 1994.
- AQUINO, Júlio Groppa (org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus editorial, 1996
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução Maria Claudia Drumond Trindade. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. *Crescer sem violência - um desafio para educadores*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 1994.
- BRASIL, 1991. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL, MEC – *Parâmetros curriculares nacionais*. Vol 1e 8.
- COLOMBIER, Claire, MANGEL, Gilbert, & PERDIAULT, Marguerite. *A violência na escola*. São Paulo, Summus editorial, 1989.
- ESTRELA, Maria Teresa. *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Portugal, Porto Editora, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido - Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- GUIMARÃES, Áurea Maria. *Vigilância, punição e depredação escolar*. São Paulo, Ed. Papyrus, 1985.

- _____. *A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidades*.
Campinas, Autores Associados, 1996.
- LEI FEDERAL 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- MARQUES, João Benedito de Azevedo. *Democracia, violência e direitos humanos*. São Paulo, Ed. Autores Associados, 1987.
- LANE, Silvia T. M. / CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é a violência*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PIRES, Cecília. *A violência no Brasil*. São Paulo, Ed. Moderna, 1985.
- PERROT, Michelle. *O nó e o ninho*. In: *Veja 25 anos - reflexões para o futuro*, Ed. Patrocínio Institucional da Organização Odebrecht, 1993.
- ROURE, Glacy Q. *Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1996.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- ZALUAR, Alba, (org.) *Violência e educação*. - São Paulo, Cortez Editora, 1992.